



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

SII 0049

23/1/1980



Am

Exm^a. Senhor
Representante Permanente
de Portugal junto da
U N E S C O

Tenho a honra de junto enviar a V.Ex^a. alguns
recortes sobre assuntos que reputamos de interesse..

Fundação Cuidar o Futuro
Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR,

Luís Soares



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

A Tarde

De

pág. 1

Data

18.1.80

Eanes contra exoneração de Pintasilgo

O Presidente da República mostrou já ao Governo o propósito de não vir a assinar o decreto de exoneração de Maria de Lurdes Pintasilgo, embaixatriz de Portugal junto da UNESCO. Segundo uma fonte consultada por «A Tarde», Ramalho Eanes já deu a entender esta sua intenção em conversas havidas com responsáveis governamentais.

Como se sabe, cabe ao Presidente da República, nos termos da Constituição, nomear e exonerar os embaixadores, sob proposta do Governo.

Apesar disso, o Executivo está decidido a não abdicar da sua posição, pois Lurdes Pintasilgo não merece a sua confiança política. Assim, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, apresentará ao próximo Conselho de Ministros a proposta de exoneração da ex-Primeira-Ministro.

Caso o Presidente da República não venha a assinar, como tudo leva a crer, o decreto de exoneração, Lurdes Pintasilgo poderá continuar em Lisboa, sendo então transferida para outras funções.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

A Tarde

De

pag. III

Data

18.1.80

Encontro a clarificar

Para clarificação do
eleitorado, seria útil que o
recente encontro, nas
Necessidades, entre
Maria de Lurdes Pinta-

silgo e Diogo Freitas do
Amaral fosse divulgado
na íntegra, palavra por
palavra, gesto por gesto.
Quem o fará?

Fundação Cuidar o Futuro



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

Diário de Lisboa

De

pág. 11

Data

18.1.80

PR não assina decreto de demissão de Lourdes Pintasilgo

A decisão de afastar Maria de Lourdes Pintasilgo da UNESCO poderá dar origem ao primeiro afrontamento grave entre o Presidente da República e o Governo da AD.

Com efeito, é quase certo que Eanes não assinará o decreto de demissão da ex-primeiro-ministro, decreto que vai ser aprovado na próxima reunião do Conselho de Ministros, que ainda não tem data marcada. Ora como a Constituição prevê que é ao Presidente que cabe nomear e exonerar os embaixadores, Maria de Lourdes Pintasilgo continuará a ser embaixadora. Só que, o Governo tem a possibilidade de a reter indefinidamente em Lisboa, através de expedientes administrativos, como a requisição, e colocá-la no exercício de funções apagadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto o seu lugar na UNESCO seria ocupado por um funcionário da carreira diplomática, a título interino.

O Governo, e principalmente aquele que aparece como o seu «duro» mais destacado — Freitas do Amaral — argumentam com a falta de confiança política em Maria de Lourdes Pintasilgo como fundamento da necessidade do seu afastamento. No entanto, a decisão que foi na quarta-feira transmitida ao chefe

do último Executivo relaciona-se mais de perto com a necessidade sentida pela AD de satisfazer o seu eleitorado mais radical, fazendo «rolar» algumas cabeças.

A decisão de Freitas do Amaral pode mais uma vez pôr em causa a política de relativa moderação que a Carneiro tem procurado concretizar desde que tomou posse, nomeadamente através de uma posição cautelosa que tem adoptado nos contactos com Ramalho Eanes.

Neste, como noutros domínios, a pressão centrista tem-se sobreposto aos sociais-democratas, é exemplificando de uma forma clara a fragilidade da Aliança Democrática.

Entretanto, existem também problemas no Ministério dos Negócios Estrangeiros em relação ao antigo ministro, embaixador Freitas Cruz, que chefiou a diplomacia portuguesa nos Executivos de Pintasilgo e de Mota Pinto. Embora já tenha o «agreement» do Governo inglês para ocupar o lugar de embaixador de Portugal em Londres, Freitas Cruz não será nomeado, segundo se sabe. Também ele, será vítima de um quase «saneamento» político, podendo ser «arrumado» numa qualquer «prateleira» do Palácio das Necessidades.



No final da audiência com Freitas do Amaral

Lurdes Pintasilgo visivelmente agastada

Foi uma Maria de Lurdes Pintasilgo visivelmente agastada pelo tenimento de que terá sido alvo, aquela que saiu ao fim da manhã de ontem do Ministério dos Negócios Estrangeiros, após o encontro com o actual titular daquela pasta, Freitas do Amaral.

Respondendo a uma pergunta que lhe foi colocada, Lurdes Pintasilgo dizia que «o que está em causa não é saber se continuo como embaixadora de Portugal na UNESCO, mas a própria dignidade e respeito pelas instituições democráticas».

Clarificando a sua opinião, Lurdes Pintasilgo esclareceu que «quando falo em respeito pelas instituições democráticas refiro-me à deferência com que um primeiro-ministro de um Governo cessante deve sempre ser tratado

pelo novo Governo».

Depois de acentuar que este respeito é comum e usual em todas as democracias ocidentais, a antiga primeira-ministra historicizou as circunstâncias em que foi chamada a formar Governo, mostrando-se convicta de ter cumprido de forma exemplar os objectivos a que se propôs.

Lembrou, a este propósito, que o fim do V Governo era o de criar as condições necessárias para que as eleições intercalares decorressem num clima de isenção, o que «foi plenamente conseguido», considerou.

Mostrando-se claramente sentida por um procedimento menos correcto de que estaria a ser alvo, Lurdes Pintasilgo recusou-se a fazer declarações acerca da audiência que teve com Freitas do Amaral, afirmando:

«Se há alguma coisa a declarar cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e não a mim, fazê-lo.»

Contactado o gabinete do ministro, este recusou-se a esclarecer os órgãos de Informação sobre o teor do encontro entre Lurdes Pintasilgo e Freitas do Amaral.

Limitou-se a afirmar laconicamente que, «enquanto não for exonerada do seu posto, Maria de Lurdes Pintasilgo continuará a desempenhar as suas funções na UNESCO» adiantando que qualquer informação mais detalhada seria vinculada através dos Serviços de Imprensa do MNE.

Estes, por sua vez, referiram não conhecerem quais os assuntos tratados, nem sequer se será, ou não, publicado qualquer comunicado sobre a audiência.



Lurdes Pintasilgo: uma recepção fria



Publicação

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

M. N. E.

Portugal Hoje

11/1/82

11/01/82 4:10

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

Portugal Hoje

De

25 24

Data

17/1/80

Mirante

Discorde-se ou não da engenharia Maria de Lurdes Pintasilgo, apoie-se ou não a sua opção política e o empenho que colocou no exercício das suas funções, não se pode pôr em dúvida a verticalidade da cidadã, a honestidade da primeira-ministra e a competência da embaixadora.

Assim sendo, não compreendemos a atitude do vice-primeiro-ministro e titular da pasta dos Negócios Estrangeiros para com Lurdes Pintasilgo. Não tínhamos de Freitas do Amaral a imagem de um político rancoroso e mesquinho, nem lhe reconhecíamos, sem prejuízo das naturais divergências ideológicas, o estatuto de perseguidor de adversários. Por isso mesmo, qualquer democrata terá dificuldades em esconder a frustração que o comportamento do número dois do actual Governo suscita no que



Credora de consideração

concerne à anterior primeira-ministra. Este é credora de consideração, não pela importância das funções que desempenhou.

Fazia, apesar das incertezas por uma adivinha e minutos intermináveis pelo início da entrevista para que fora convocada é um acto que não dignifica o seu autor.

A atitude deste Governo para



Rancoroso e mesquinho

com Maria de Lurdes Pintasilgo é, por outro lado, determinante de outros comportamentos futuros, em circunstâncias diferentes. A democracia portuguesa não pode perseguir hoje o poder democrático de ontem, sob pena de se resumir a uma caricatura de democracia. O «à volta cá te espero» é um comportamento indigno de democratas.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

A Tarde

De

pág. 2

Data

17.1.80

Pintasilgo aguarda decisão do Governo

A decisão do Governo quanto ao cargo de embaixador de Portugal na UNESCO será tomada em Conselho de Ministros, sob proposta do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, segundo informa um comunicado do MNE. Até lá, o actual embaixador, Lurdes Pintasilgo, continuará em Lisboa.

Freitas do Amaral recebeu ontem a antiga Primeiro-Ministro, conforme noticiámos, com quem «abordou aspectos ligados à sua posição actual no quadro do movimento diplomático em preparação».

Segundo têm dado a entender fontes governamentais, o caso de Lurdes Pintasilgo não será isolado, pois o Executivo de Sá Carneiro tenciona rever a posição de outros embaixadores «políticos». Em causa estará a confiança do Governo nos seus embaixadores, o que é uma condição normal em



Lurdes Pintasilgo terá de aguardar, em Lisboa, a decisão governamental

qualquer País, o que retira fundamento, segundo as mesmas fontes, no «caso Pintasilgo» uma perseguição política à antiga Primeiro-Ministro.

Fundação Cuidar o Futuro



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Diário de Lisboa

De pág. 24

Data 17.1.80

AGRAVAMENTO DE TENSÕES EANES-SÁ CARNEIRO?

Freitas do Amaral porá ao Governo a "questão" Lurdes Pintasilgo

Não está ainda marcada, segundo apurou esta manhã o «DL» junto de um informador do Conselho de Ministros, a «próxima reunião» do Executivo que deverá apreciar «a proposta de decisão» do titular do MNE, Freitas do Amaral, acerca da permanência, ou não, de Lurdes Pintasilgo no cargo de embaixador de Portugal na Unesco.

Como ontem noticiámos, o actual ministro dos Negócios Estrangeiros convocou a ex-

primeira-ministra para uma audiência no seu gabinete, tendo abordado — segundo comunicado final do MNE — com Lurdes Pintasilgo «aspectos ligados à sua posição actual como representante do país junto daquela organização internacional, no quadro do movimento diplomático em preparação».

Desconhece-se, por enquanto, qual a posição a apresentar por Freitas do Amaral ao Conselho de Ministros, embora se possa deduzir, tendo em conta, nomeadamente, a sua recente intervenção no debate do Programa do Governo, que o novo titular das Necessidades insista no afastamento de Lurdes Pintasilgo.

Tal insistência, a ser ratificada pelo conjunto do Executivo, conduzirá, certamente, a um agravamento das relações entre o Governo de Sá Carneiro e o Presidente da República. Recorde-se que Eanes recusou-se, apesar da proposta apresentada pessoalmente em

Belém por Sá Carneiro, a assinar a proposta de exoneração de Lurdes Pintasilgo do seu cargo na UNESCO.

Sem o aval do chefe de Estado, o Governo não poderá afastar a ex-primeira-ministra, embora possa forçá-la, como é o caso, a uma inactividade mais ou menos prolongada — caso da decisão de Freitas do Amaral de «solicitar à sr.ª embaixadora que continuasse, entretanto, em Lisboa» ou, então, a limitar, eventualmente, a sua acção na UNESCO através de apertado controlo de acção diplomática daquela nossa representante.

Registe-se, por outro lado, o modo, pouco elegante ou dignificante para as funções de um ministro, como Freitas do Amaral está a conduzir a «operação» ou tentativa de afastamento de Lurdes Pintasilgo, esquecendo, deliberadamente, o respeito e consideração que lhe deveriam merecer os contactos com a ex-primeira-ministra.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação A Tarde
De pag. 16
Data 15.1.80

Reflexões

O Vice-Primeiro Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros prof. Freitas do Amaral recebe, amanhã, a sra. eng.ª Lourdes Pintasilgo que desempenhava as funções de Embaixador de Portugal junto da UNESCO. Convidada para desempenhar em Lisboa o cargo de Primeiro-Ministro, a sra. Pintasilgo fê-lo o melhor que pôde — sem êxito e atabalhoadamente como se sabe. Mas não é isso que está agora em causa. O que se pergunta é se um Governo democrático é obrigado a ver-se representado no estrangeiro por uma pessoa que não lhe merece confiança.

Mas a acrescentar a este aspecto há, ainda, um outro: a sra. Pintasilgo actuando com a prepotência que lhe é conhecida (julga-se a mais inteligente da sua praça) mal deixou de ser Primeiro-Ministro fez as malas e preparou a partida para Paris. É elemental que esperasse a posse do Governo e que fosse ela a pedir uma audiência ao ministro dos Estrangeiros perguntando-lhe se podia voltar ao desempenho das suas funções. Foi preciso que o secretário-geral do ministério lhe telefonasse a correr dizendo: não parta, não parta, espere que o ministro dos Estrangeiros quer falar-lhe.

Caiu assim a fogosa política em mais uma situação caricata. A responsabilidade cabe-lhe inteirinha. Quem quer endireitar o Mundo não serve, infelizmente, para cooperar na reorganização de um pequeno país como Portugal. A missão da sra. Pintasilgo é demasiado transcendente, para os pequenos mortais que nós somos.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

A CAPITAL

De

pag. 2

Data

16.1.80

FREITAS DO AMARAL RECEBE ESTA TARDE LURDES PINTASILGO

A eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo será hoje recebida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Freitas do Amaral, não sendo todavia divulgada a hora do encontro, soube-se de fontes oficiais. As mesmas fontes haviam admitido a improbabilidade do encontro, para hoje, dada a discussão do programa do Governo, na Assembleia da República, sessão a que não compareceu Freitas do Amaral, no período da manhã.

Fundação Cuidar o Futuro



MNE DO VI GOVERNO MUITO ACTIVO**Lurdes Pintasilgo chamada amanhã às Necessidades**

Freitas do Amaral, ministro dos Negócios Estrangeiros do VI Governo, decidiu reapreciar todos os convites e deslocações previstas do titular do MNE ao estrangeiro, aparentemente numa tentativa para procurar definir em concreto os novos rumos da política externa portuguesa.

O recém-nomeado ministro, que logo após a sua posse mandou adiar a partida de Lurdes Pintasilgo para Paris, onde deveria regressar ao seu antigo lugar de embaixador na UNESCO, poderá, mesmo, segundo A TRIBUNA apurou, cancelar algumas das viagens já previstas as quais, em termos oficiais, poderão ser classificadas como a «efectuar oportunamente».

Deste modo, poderá reduzir-se substancialmente o número das deslocações que quase de imediato Freitas do Amaral teria de fazer ao estrangeiro, isto se pretendesse cumprir o programa das viagens anteriormente previstas por Freitas Cruz, seu antecessor no lugar.

Pensa-se, todavia, que o Governo não deixará de fazer deslocar com brevidade a alguns países árabes uma delegação, eventualmente chefiada pelo próprio responsável pela política externa, tendo em vista a negociação de melhores condições na compra das ramas de petróleo nesses países e também a prossecução de um plano de auxílio à nossa economia que alguns desses estados estariam na disposição de proporcionar a Portugal.

O Kuwait, o Iraque e a Arábia Saudita poderão, nesse âmbito, ser os primeiros estados alvo de



M. L. Pintasilgo — o seu caminho aponta, mesmo, para Paris?...

uma intensa ofensiva diplomática estando já a decorrer contactos bilaterais os quais na sua primeira fase, visam fundamentalmente estabelecer as bases de contactos futuros. Nesse sentido, a nomeação de um embaixador itinerante para tratar do problema do petróleo pode dar uma ideia do que virá a passar-se neste plano.

Lurdes Pintasilgo vai ou não para Paris?

Sabe-se, por outro lado, que, por impossibilidade manifesta de Freitas do Amaral, este não recebeu ainda a ex-primeiro ministro, Lurdes Pintasilgo, a qual, como se sabe,

estava à beira de recuperar o lugar de embaixador na UNESCO.

Informações fidedignas recolhidas por A TRIBUNA garantem, todavia, que a situação se resume em poucas palavras: o Executivo não reitera a confiança governamental naquela personalidade para a representação diplomática de Lisboa junto daquele organismo da ONU, sendo provavelmente essa a posição que o ministro irá transmitir a Pintasilgo quando a receber nas Necessidades, provavelmente amanhã de manhã. Segundo julgamos saber, o Presidente da República poderá, por outro lado, «deixar cair» Lourdes Pintasilgo, uma vez que não parece provável que Eanes, em tema tão me-

lindroso como o das nomeações diplomáticas, se envolva desde já numa polémica com o Governo que lhe seria inevitavelmente desfavorável ao menos em termos de imagem externa da sua própria personalidade, isto não obstante o Governo estar na disposição de acatar, segundo parece, qualquer decisão presidencial que insista na nomeação de Pintasilgo para o cargo da UNESCO, em Paris.

Delegadas competências do ministro nos secretários de Estado

Entretanto, em despacho de 10 do corrente, Freitas do Amaral delegou já algumas das suas competências nos seus secretários de Estado, a saber: na dra. Manuela Aguiar, secretária de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, o despacho dos assuntos correntes relativos à Direcção-Geral de Emigração, ao Instituto de Emigração e ao Fundo de Apoio às Comunidades Portuguesas; bem como dos assuntos correntes incluídos nas atribuições da repatificação consular da Direcção-Geral dos Serviços Centrais; no eng. Azevedo Coutinho, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o despacho dos assuntos correntes compreendidos no âmbito das atribuições do ministro dos Negócios Estrangeiros, com excepção dos que foram delegados no secretário de Estado da Emigração atrás referidos.

6m + 00 + 50 + 000

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Portugal Hoje
De pag 13
Data 15.1.80

Eanes deverá manter Lurdes Pintasilgo na UNESCO



Lurdes Pintasilgo: prestígio internacional não pode ser ignorado

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, recebe amanhã a ex-primeira-ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo, com quem debaterá problemas relacionados com a manutenção, ou não, do cargo de representante de Portugal junto da UNESCO.

O Governo de Sá Carneiro já manifestou publicamente a sua vontade de não manter Lurdes Pintasilgo no cargo que ocupava antes de ser chamada a chefiar o V Governo Constitucional. Ao que foi dito trata-se de «falta de confiança política», o que se

compreende.

A decisão final do ministro Freitas do Amaral parece, no entanto, estar dependente da vontade que o presidente da República venha a manifestar sobre este problema, vontade que tudo indica seja a de manter Lurdes Pintasilgo no cargo de embaixador do nosso País junto da UNESCO.

Este desejo do presidente da República é sem dúvida o reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido por Lurdes Pintasilgo naquele cargo, trabalho que lhe deu uma importante e

positiva reputação a nível internacional. Por outro lado, é ainda previsível que Ramalho Eanes faça ponto de honra em ali manter Lurdes Pintasilgo, na medida em que ela deixou o cargo, a pedido do presidente da República, para chefiar o V Governo, funções cujo desempenho merecem o elogio público do primeiro magistrado da Nação.

Em qualquer caso, Ramalho Eanes terá sempre a última palavra, dado que os embaixadores são, constitucionalmente, possi nomeados, embora sob proposta do Governo.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

A. Tarce

De

pag. 2

Data

12.1.80

(:)

Embaixadores políticos

Em matéria de política externa, Sá Carneiro declarou que «este Governo prezará as regras da conveniência internacional e condenará os seus atropelos, para combater na sociedade das nações a implantação da lei do mais forte». Afirmou ainda não acreditar que a cedência da base das Lajes ameace as relações com outros Estados pois «a sua utilização só será consentida em acções de defesa dos direitos humanos».

O Chefe do Governo recordou a intenção já manifestada de fazer cessar a nomeação de embaixadores políticos, restando ao Governo a fazer o seu juízo sobre os já existentes». «E relativamente ao caso citado por um dos deputados» — referia-se ao caso de Maria de Lurdes Pintassilgo — «posso dizer que, na próxima semana, haverá um encontro entre a personalidade em causa e o Ministro dos Negócios Estrangeiros para clarificação de intenções».

Fundação Cuidar o Futuro



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

Diário de Lisboa

De

pag. 2

Data

12.1.80

AINDA QUE SEM A "CONFIANÇA" do VI

Lurdes Pinasilgo regressa à UNESCO?

«Um embaixador político carece de confiança do Estado, e só pode sê-lo, portanto, na exacta medida em que a tenha, em particular do Governo, não devendo sê-lo se a não tiver» — afirmou ontem à ANOP o secretário de Estado adjunto do vice-primeiro-ministro, Ribeiro e Castro, a propósito do «caso» de Maria de Lurdes Pinasilgo.

A chefe do V Governo, que é embaixadora na UNESCO, regressaria às suas funções neste organismo da ONU logo após terem cessado as funções do seu Executivo, mas o novo responsável pela diplomacia portu-

guesa ao nível de Governo, Freitas do Amaral, através do secretário-geral do MNE, Caldeira Coelho, instruiu-a no sentido de que não regressasse a Paris, por enquanto. E Lurdes Pinasilgo tem estado «detida» em Lisboa. A imprensa vem falando algo compreensivelmente, de «saneamento» e «caça às bruxas», a propósito.

Ribeiro e Castro diz que «repudia veementemente» tais termos e quem a eles recorre para falar da situação. É adiantar que, em breve, a ex-primeira-ministra será recebida pelo actual vice-primeiro-ministro e titular do

MNE, o líder do CDS, Diogo Freitas do Amaral. Então a situação será «esclarecida» — disse.

Para o adjunto de Freitas do Amaral, a questão é «óbvia, simples, transparente» e falar de «caça às bruxas» ou «saneamento» é «acusação, especulação e linguagem que apenas se compreende por provir justamente de quem se caracterizou por promover constantes caças às bruxas em Portugal e por ter lançado até, no vocabulário político, essa palavra sinistra que é «saneamento».

Entretanto, Maria de Lurdes Pinasilgo deverá ser chamada

às Necessidades na próxima segunda-feira, para um encontro com Freitas do Amaral. E, ao contrário do que chegou a admitir-se — e seria pretensão generalizada entre as cúpulas da AD, não estará decididamente em causa a sua permanência à frente da delegação portuguesa na Unesco.

Lurdes Pinasilgo poderá voltar a estas funções dentro em breve, ultrapassando-se assim uma situação de extrema delicadeza, principalmente no tocante às relações entre o actual Governo e o Presidente da República.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Diário de Lisboa
De pag. 24
Data 10.1.80

Governo substitui Lurdes Pintasilgo

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral vai substituir Lurdes Pintasilgo nas funções de representante portuguesa junto da UNESCO. A ex-primeiro-ministro foi já informada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de que deverá permanecer em Lisboa, não regressando a Paris como estava previsto. Esta medida do Governo AD é geralmente interpretada como retaliação pelas posições assumidas por Lurdes Pintasilgo na vigência do seu Executivo.

Ordem para permanecer em Lisboa foi também dada ao em-

baixador em Moscovo, Magalhães Cruz, cuja substituição — tal como o «DL» noticiou — se espera para breve. Magalhães Cruz foi chamado à capital a pretexto do protesto português pela presença de tropas soviéticas no Afeganistão.

Outras substituições nas representações diplomáticas portuguesas são aguardadas proximamente dentro das alterações profundas que Freitas do Amaral começou já a fazer no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Fundação Cuidar o Futuro



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação A Tarde
De pag. 16
Data 10.1.80

Governo não confirma substituição de Pintasilgo na UNESCO

O Governo ainda não tomou qualquer decisão sobre a eventual substituição de Maria de Lurdes Pintasilgo na representação diplomática portuguesa junto da UNESCO. Segundo apurou a «A Tarde» junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a questão poderá vir a ser analisada mas, até ao momento, nada pode autorizar afirmações feitas na Imprensa do Porto so-

bre a substituição da ex-primeiro-ministro.

A chefe do V Governo Constitucional assumiu as suas funções em Agosto do ano transacto, interrompendo as funções que vinha desempenhando na Unesco. Depois da tomada de posse do actual Governo foi noticiado que Lurdes Pintasilgo iria regressar a Paris para prosseguir o exercício das suas atribuições.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Diário Popular
De pag. 6
Data 10.1.80

**SUBSTITUÍDA
NA U. N. E. S. C. O.
Maria de Lurdes
Pintasilgo**

Segundo informa o «Jornal de Notícias» do Porto, de hoje, a eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, anterior primeiro-ministro, será substituída, na representação portuguesa na U.N.E.S.C.O., por decisão já tomada pelo actual Governo.

Diz aquele jornal que o Ministério dos Negócios Estrangeiros terá feito saber, antecorrem, à própria eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo que deverá permanecer em Lisboa e não regressar a Paris para prosseguir lá nas suas tarefas diplomáticas que exercia antes de ser indigitada primeiro-ministro do V Governo Constitucional.

**PERPLEXIDADE
EM PARIS**

Entretanto, segundo informações de fontes fidedignas colhidas em Lisboa, sabemos que nos meios da U.N.E.S.C.O. em Paris, a medida tomada pelo Governo causou a maior perplexidade, dado o prestígio de que Maria de Lurdes Pintasilgo goza naquela organização.

Sublinha-se, ali, o facto de ser a primeira vez que um primeiro-ministro é impedido de reconpar o cargo que exercia anteriormente à sua passagem pelo Governo e a circunstância de a decisão só ter sido comunicada a Maria de Lurdes Pintasilgo na véspera da sua partida para Paris, no passado domingo, e quando já tinha inclusivamente, comprado o seu bilhete de avião.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

+ 10. 1. 80

10. 1. 80

Uma decisão de Pintasilgo na origem da «greve» dos directores-gerais do MNE



O ambiente vivido no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na última fase do gabinete Pintasilgo, tem sido alvo de múltiplas especulações a vários níveis. Também a recente entrada em funções de Freitas do Amaral foi comentada negativamente por certos órgãos de Informação, a demonstrar que muitos observadores da cena política nacional continuam a sentir dificuldade em analisar imparcialmente os condicionamentos a que o actual regime continua sujeito, especialmente na área da política externa.

Por detrás da alegada «greve» dos directores-gerais do referido ministério do Conselho de Ministros, para promover à categoria máxima da carreira diplomática três funcionários superiores, que ascenderam, também por escolha, às funções de directores-gerais do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Embora a nomeação dos embaixadores dependa, em última instância, do Presidente da República, uma vez que a um embaixador compete representar o Estado e o respectivo chefe e não apenas os interesses de cada governo partidário ou independente, é forçoso, também, que o Conselho de Ministros aprove a proposta de nomeação e que o respectivo Primeiro-Ministro a assine, conjuntamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros, antes de ser promulgada pelo Presidente da República.

O caso foi que a eng.^a Lurdes Pintasilgo se recusou a assinar a nomeação de três novos embaixadores, designadamente, o dr. Alexandre Lencastre da Veiga, director-geral dos Negócios Económicos, o dr. Francisco Borges Grainha do Vale, director-geral dos Serviços Centrais, e o dr. João da Cunha Matos, inspector diplomático e consular.

Importa aqui referir, ainda, que a nomeação do embaixador Freitas Cruz para ministro dos Negócios Estrangeiros dos gabinetes Mota Pinto e Pintasilgo se deveu à escolha do Presidente da República, responsável constitucional pela condução da

política externa. Daí, compreender-se, à partida, a dificuldade da sua missão ao participar em dois governos com objectivos e características tão diferentes.

Mas sabe-se, também, que o embaixador Freitas Cruz não promoveu qualquer cerimónia especial de despedida, apenas fazendo comunicar às cúpulas do seu ministério que estaria no último dia do seu mandato, no seu gabinete, à disposição dos seus mais directos colaboradores. Sucedeu que o dr. Vaz Pereira, o novo director-geral dos Negócios Políticos comunicara anteriormente ao ministro que se ausentaria de Lisboa por uns dias. Os drs. Lencastre da Veiga e Grainha do Vale meteram férias que tinham para gozar. O dr. Cunha Matos compareceu no gabinete e apresentou normalmente as suas despedidas a Freitas Cruz.

Quanto ao facto da eng.^a Pintasilgo não ter acedido a assinar a nomeação dos três novos embaixadores, o caso não tem a mínima importância, uma vez que o Governo da AD decidiu pedir à Assembleia da República a ratificação dos 67 decretos assinados pelo gabinete Pintasilgo, depois de 3 de Dezembro, e promulgados pelo General Eanes. Depreende-se que se tivesse sido assinada a nomeação, aguardaria agora ratificação pela Assembleia da República.

O POLÉMICO GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

O facto do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros ter sido criado e, desde logo, entregue a sua direcção a um elemento estranho à carreira, suscitou, desde sempre, motivo para contestação por parte de grande parte dos funcionários da carreira diplomática, ao ponto de muitos duvidarem da utilidade daquele serviço, que poderia talvez funcionar, com mais propriedade, junto de uma universidade, como centro de investigação sobre política internacional.

Por outro lado, o alargamento dos serviços do Ministério tem implicado a dispersão de alguns departamentos por edifícios alugados ou cedidos para o efeito. É o caso da nova Direcção-Geral de Cooperação que funciona na Avenida da Liberdade, sob a orientação do dr. Luís Gaspar da Silva, da Comissão Nacional da UNESCO, presidida pelo dr. Sousa Lobo, para quem ainda não foi possível encontrar instalações.

Foi decidido, portanto, deslocar o Gabinete de Estudos e Planeamento, para umas instalações modernas na Avenida Infante Santo, bastante próximas do Palácio das Necessidades, o que não terá agradado ao respectivo director, dr. Bernardino Gomes, que continua em funções.

Refira-se, finalmente, que a nomeação de embaixadores é feita por escolha, baseada na avaliação do mérito individual de cada funcionário proposto para essa categoria. O desempenho das funções de director-geral é um dos atributos para a referida nomeação, já que na escala hierárquica da carreira se encontra apenas subordinada à função de secretário-geral do MNE.

O quadro de embaixadores em Portugal é muito reduzido. Costuma não exceder 11 funcionários. Actualmente, têm a categoria de embaixador os drs. Calvet Magalhães, embaixador na Santa Sé, Caldeira Coelho, secretário-geral do MNE, Hall Temido, embaixador em Washington, Alfredo Lencastre da Veiga, embaixador em Buenos Aires, Meneses Rosa, embaixador em Brasília, Freitas Cruz, futuro embaixador em Londres, Magalhães Cruz, embaixador em Moscovo, Futscher Pereira, embaixador na ONU, Tomás de Melo Breiner Andresen, embaixador em Roma, Oliveira Pequito, embaixador em Bruxelas e Siqueira Freire, embaixador em Paris. Os restantes diplomatas que exercem o cargo de embaixador no quadro externo, são munidos de uma credencial nos termos do art.º 65.º do Regulamento do MNE.

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação A CAPITAL

De 2294

Data 3. 1. 80

MÁRIO RUIVO ASSUME ALTAS FUNÇÕES NA U. N. E. S. C. O.

SEGUIU há dias para Paris, onde assumiu um cargo de alto funcionário da Unesco o dr. Mário Ruivo, internacionalmente conhecido como um dos mais notáveis especialistas em matérias de pesca e assuntos oceânicos. A partir de agora Mário Ruivo é o secretário da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco, cargo para o qual foi convidado pelo director-geral daquela agência das Nações Unidas especializada em assuntos culturais e científicos. O convite a Mário Ruivo verificou-se na sequência do apoio que a sua candidatura recebera do conselho executivo da Unesco.

Antes do 25 de Abril Mário Ruivo trabalhara 13 anos ao serviço da F. A. O., em Roma. Logo após a revolução de 1974 regressou a Portugal e foi o promotor da criação da Secretaria de Estado das Pescas, cargo que desempenhou até ser chamado para o lugar de ministro dos Negócios Estrangeiros do V Governo Provisório. Mais tarde foi nomeado director-geral da Investigação e Protecção dos Recursos e Ambiente Aquáticos da S. E. P., de onde foi afastado por António Barreto,

então ministro da Agricultura. Vaz Portugal e João A'buquerque, no Governo de Mota Pinto, acabaram por lhe retirar as últimas funções oficiais junto de organismos internacionais, decisão que, na altura, deu origem a uma declaração de solidariedade assinada por antigos ministros de várias tendências políticas.

Durante o Governo de Lurdes Pintasilgo, Mário Ruivo foi convidado para conselheiro para assuntos de ciência e tecnologia do ministro da Ciência e Cultura.

A Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco, de que Mário Ruivo é agora secretário, é o organismo especializado das Nações Unidas para actividades no domínio das ciências marinhas e serviços oceânicos.



Acto 1000

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Diário

De Pág. 7

Data 8/12/49

Seminário da UNESCO terminou em Lisboa

A inter-acção universidade-indústria tem um grande impacto no progresso económico, sobretudo nos países do Terceiro Mundo — concluiu-se num seminário promovido pela UNESCO, que anteontem terminou em Lisboa.

Participaram nos trabalhos, que se iniciaram na segunda-feira, representantes de onze países e um membro do secretariado daquele organismo das Nações Unidas.

As discussões incidiram

sobre quatro pontos fundamentais: cooperação no domínio da investigação, intercâmbio de quadros técnicos, assistência aos países mais desfavorecidos e formação profissional.

Salientando que as actividades do sector industrial e das universidades têm tendência a desenvolver-se independentemente uma da outra, os participantes assinalaram a necessidade de serem accionados mecanismos que facilitem a cooperação entre as duas entidades, como é o objectivo do programa de Química da UNESCO.

Neste sentido, foi apontada a criação de comissões nacionais destinadas a coordenar programas de cooperação universidade-indústria, como primeiro passo para a formação de um órgão internacional.

No âmbito daquela cooperação foi dada especial ênfase à indústria química.

Fundação Cuidar o Futuro



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Publicação *Diário de Notícias*

De *pág. 8*

Data *30.11.79*

Relatório da UNESCO sobre Comunicação

A comissão criada pela UNESCO para estudar a globalidade dos meios de comunicação está a considerar propostas que para alguns países ocidentais e do Terceiro Mundo poderão atentar contra a liberdade internacional da imprensa.

A comissão garantiu já que o seu relatório final «será favorável à liberdade de expressão». Contudo, algumas das mais controversas propostas apelam nomeadamente para: um código internacional de ética para os jornalistas; esforços para «erradicar» os monopólios da Comunicação Social e «circunscrever» a actividade das organizações transnacionais de Comunicação Social; redução da «perniciosa influência da publicidade», e criação de um «grupo de controlo permanente», sob a autoridade da UNESCO, para controlar e assistir ao desenvolvimento das comunicações globais.

«Os Governos deverão analisar a sua situação particular, no que se refere à propriedade e concentração de recursos na Comunicação Social e tomar as necessárias medidas, se tais concentrações — públicas ou privadas — não estiverem vocacionadas para actuar nos melhores interesses do público e da liberdade de informação em geral» — recomenda o anteprojecto.

Muitas destas propostas deverão ser modificadas ou totalmente afastadas na versão final do extenso relatório da comissão, a ser apresentado, no dia 30, ao director-geral da UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow, do Senegal.

Alguns membros da comissão queixaram-se de que certas propostas abandonadas, face à forte oposição ocidental, apareceram, mais uma vez, no último anteprojecto preparado pela Comissão MacBride, do secretariado da UNESCO.

Na verdade, uma cópia do actual anteprojecto, numa parte subordinada ao título «Para uma democratização da Comunicação», sugere que «os países, nos quais os órgãos de Comunicação operem, na totalidade ou na maior parte, no sector privado, devem redigir estatutos efectivos ou medidas administrativas destinadas a «limitar o processo de concentração e monopolização» e a «circunscrever a acção das transnacionais, ao obrigá-las a respeitar critérios e condições específicas».

Fundação Cuidar o Futuro



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

Diário Popular

De

pag. 21

Data

30.11.79

PRECONIZADO PELA U.N.E.S.C.O. O ACESSO DOS JORNALISTAS A TODAS AS FONTES DE INFORMAÇÃO EM QUALQUER PAÍS

PARIS, 30 — Uma comissão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (U. N. E. S. C. O.) encarregada de estudar os meios de comunicação social em termos globais decidiu que os jornalistas devem ter acesso a todas as fontes de informação, em qualquer país.

A decisão, de acordo com fontes próximas da Comissão McBride, que nos últimos dois anos tem vindo a compilar dados para a elaboração do seu relatório, foi tomada por unanimidade, com excepção do seu

elemento soviético, Sergei Losev, director da agência noticiosa Tass. Losev mostrou-se preocupado pela falta de apoio para o seu ponto de vista e disse que teria de reconsiderar a sua posição para com a comissão, em virtude da decisão desta.

Com apenas um dia para terminar o prazo atribuído à comissão para finalizar o seu relatório, a Comissão McBride decidiu ainda ser necessário atribuir preferencialmente um código nacional aos jornalistas, antes de um internacional. — (Anop)

